



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 21/2023

Período: 17/06/2023 - 23/06/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Tentativa de golpe militar envolvendo militares da ativa é revelada em mensagens encontradas no celular de ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro
- 2- Investigações da Polícia Federal sobre o tenente-coronel Mauro Cid incidiram na imagem do Exército
- 3- Colunista comenta sobre eleições e 8 de janeiro, afirmando que Alexandre de Moraes e as Forças Armadas foram decisivos para a manutenção da democracia
- 4- Decreto do governo federal ampliou atuação dos militares nas terras Yanomami
- 5- General Gonçalves Dias prestou depoimento à CPI da Câmara Legislativa do DF que investiga as manifestações de 08 de janeiro
- 6- Financial Times relatou campanha dos EUA em defesa da democracia no Brasil

1- Tentativa de golpe militar envolvendo militares da ativa é revelada em mensagens encontradas no celular de ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro
Segundo notícias publicadas nos periódicos *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, a Polícia Federal (PF) encontrou mensagens no celular do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, em conversa com Jean Laward Júnior, coronel de artilharia do Exército. As mensagens revelam um plano de oito etapas para uma intervenção das Forças Armadas no país e o afastamento de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Os jornais noticiaram que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se reuniu com o ministro da Defesa, José Múcio, e o comandante do Exército, Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, após a divulgação do envolvimento de militares nesse plano. O jornalista Hélio Schwartsman, ao comentar sobre o caso em coluna para a *Folha*, afirmou que não acredita que Lula irá se esforçar para resolver o cerne do problema, pois o governo possui outras prioridades e está evitando “sobressaltos castrenses”, uma postura que, segundo o autor, contribuiu para normalizar o golpismo militar no Brasil. O plano, encontrado em documentos e mensagens no celular de Cid, propunha o afastamento de ministros do STF e a colocação do país sob intervenção militar. Pessoas próximas a Bolsonaro, incluindo militares da ativa, estariam envolvidas nessa trama. O relatório da PF revelou que a conspiração começou a ser planejada em outubro de 2022 e tinha como base a tese fictícia de que as Forças Armadas representam um “poder moderador” para o Brasil. No plano, seriam

apresentadas alegações de que o resultado das eleições havia sido alterado por decisões do poder Judiciário, e os militares nomeariam um interventor com plenos poderes. Entre os ministros do STF que seriam afastados na tentativa de golpe estavam Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski. Ainda segundo as notícias, a PF afirmou que Mauro Cid tentou criar argumentos jurídicos para subverter a democracia a partir do artigo 142 da Constituição Federal de 1988, mesmo artigo pelo qual Cid poderá ser expulso das Forças Armadas, segundo o colunista Marcelo Godoy. O Exército emitiu uma nota ressaltando que as opiniões e comentários pessoais não representam o pensamento da instituição, que é apartidária e preza pela legalidade e respeito aos preceitos constitucionais. De acordo com o *Correio Braziliense*, a defesa de Bolsonaro também afirmou, em nota, que os diálogos não comprovam sua participação em qualquer conversa sobre um suposto golpe de Estado. Segundo o *Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, o comandante do Exército tomou medidas contra o coronel Jean Lawand Júnior e, em reunião com o ministro da Defesa, decidiu anular a nomeação de Lawand para cargo diplomático nos Estados Unidos. A decisão foi tomada logo após a revelação do caso e visa permitir que Lawand responda judicialmente às possíveis acusações. O presidente Lula foi informado sobre a decisão em uma reunião no Palácio do Planalto. Ainda segundo a *Folha de S. Paulo*, a expectativa dentro da pasta é que Lawand seja ouvido tanto pela PF como pela CPI responsável pelo 8 de janeiro de 2023, no Congresso Nacional. (*Correio Braziliense – Política – 17/06/23*; *Folha de S. Paulo – Política – 17/06/23*; *Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 20/06/23*; *O Estado de S. Paulo – Política – 17/06/23*; *O Estado de S. Paulo - Política - 20/06/23*)

2- Investigações da Polícia Federal sobre o tenente-coronel Mauro Cid incidiram na imagem do Exército

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a investigação realizada pela Polícia Federal (PF) no celular do tenente-coronel Mauro César Barbosa Cid revelou conversas e planos do ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para dar um golpe de estado durante as eleições de 2022. De acordo com reportagens, além de uma minuta de golpe, a PF também encontrou diálogos de Cid com Jean Lawand Junior, coronel do exército brasileiro, nos quais Lawand pede ao tenente para que convença Bolsonaro a dar a ordem para o golpe. Nas mensagens, Lawand escreveu: “Pelo amor de Deus, o homem [Bolsonaro] tem que dar a ordem”. Após a publicação do relatório, a senadora e relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, Eliziane Gama (PSD) protocolou um requerimento para ouvir o coronel na CPMI. Em entrevista ao *Correio Braziliense*, Eliziane comentou que “a[s] fala[s] dele[s] [...] são absolutamente terríveis” e ainda afirmou que “os militares que estão sendo citados precisam ser ouvidos e responsabilizados [no âmbito da CPMI]”. De acordo com reportagens da *Folha de S. Paulo* e d’*O Estado de S. Paulo*, além da conversa com Lawand, a PF também encontrou mensagens de teor golpista em um grupo do WhatsApp, intitulado “Doss”, com outros membros do exército como “comandantes de unidades do Exército, instrutores de escolas militares e até um oficial da reserva que foi assessor parlamentar”. Até o momento, a *Folha* identificou 11 militares da ativa no relatório da Polícia Federal, sendo estes oficiais que trocaram

mensagens com Cid, foram citados por outros militares ou se manifestaram no grupo de Whatsapp descoberto. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Bruno Boghossian afirmou que as mensagens com conotações golpistas não apenas criam “um constrangimento para os comandantes”, mas também se transformam em um “fantasma” que as Forças Armadas serão obrigadas a aturar. Para o cientista político Celso Rocha de Barros, “Cid não planejou o golpe sozinho”, na verdade, um conjunto de ações foi planejado “para ajudar os militares golpistas a recrutar colegas relutantes”. Do mesmo modo, o jornalista Vinicius Torres Freire afirmou que a tentativa de golpe era “assunto de estudos de pelo menos uma turma do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército”. Segundo reportagem do *Correio Braziliense*, a esposa do tenente Cid também está sendo investigada: Gabriela Santiago Cid aparece em relatório da Polícia Federal por conta de um “plano golpista que previa o afastamento de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)”. Contudo, o comandante do Exército, general Tomás Paiva, decidiu esperar os desdobramentos judiciais antes de tomar medidas administrativas contra os militares citados, apenas cooperando com as investigações. Segundo interlocutores do comandante ouvidos pela *Folha*, não é possível analisar a conduta de cada militar citado somente com o relatório presente. (Correio Braziliense - Política - 18/06/23; Folha de S. Paulo - Política - 18/06/23; Folha de S. Paulo - Mercado - 18/06/23; Folha de S. Paulo - Política - 20/06/23; O Estado de S. Paulo - Política - 18/06/23)

3- Colunista comenta sobre eleições e 8 de janeiro, afirmando que Alexandre de Moraes e as Forças Armadas foram decisivos para a manutenção da democracia
Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o economista Joel Pinheiro da Fonseca afirmou que, frente aos cenários conturbados das eleições de 2022 e aos atos golpistas de 08 de janeiro de 2023, as ações do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, e das Forças Armadas foram decisivas para a manutenção da democracia, ainda que debilitada. Com relação às eleições, o colunista argumentou que Moraes foi decisivo na descoberta e no desmantelamento de um esquema de bloqueio seletivo das rodovias pela Polícia Rodoviária Federal que poderiam prejudicar os eleitores do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), bem como na desobstrução dos bloqueios por caminhoneiros bolsonaristas no dia seguinte à vitória de Lula. Quanto à atuação das Forças Armadas, Fonseca apontou que a falta de adesão do Alto Comando do Exército foi o elemento decisivo para impedir que o golpe de estado arquitetado pelo tenente-coronel Mauro César Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), e por alguns assessores militares, se concretizasse. Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* corroborou este posicionamento, citando trechos de conversas em que os militares envolvidos reclamavam da falta de adesão de seus superiores. Além disso, o jornal ressaltou que, sem o apoio das Forças Armadas, havia a esperança que o golpe fosse concretizado pelos eleitores bolsonaristas, que se mobilizaram no 8 de janeiro, mas novamente foram frustrados pela falta de adesão das Forças Armadas. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 20/06/23; O Estado de S. Paulo - Coluna do Estadão - 20/06/23)

4- Decreto do governo federal ampliou atuação dos militares nas terras Yanomami

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o governo federal publicou um decreto em 22/06/2023 ampliando a atuação do Ministério da Defesa nas ações de combate ao garimpo ilegal no território indígena Yanomami. Conforme a *Folha de S. Paulo*, antes as Forças Armadas prestavam apenas assistência de inteligência e logística às operações da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação dos Povos Indígenas (Funai) e Força Nacional, que desde janeiro de 2023 atuaram na emergência de saúde pública nas Terras Indígenas Yanomamis e no enfrentamento ao garimpo ilegal. O novo decreto, segundo os periódicos, permitirá que os militares, além de suas atribuições iniciais, também realizem patrulhas, revistas de pessoas, de veículos terrestres, embarcações e aeronaves, cumpram mandados de busca e apreensão e efetuem prisões em flagrante. A *Folha de S. Paulo* destacou que o texto do decreto é assinado pelo presidente em exercício e vice-presidente da República, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho; pelo comandante do Exército, general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva; pelo ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa; e pela ministra dos Povos Indígenas, Sônia Bone de Sousa Silva Santos, conhecida como Sônia Guajajara. O *Correio Braziliense* indicou que o decreto se aplica à região de fronteira do país em Roraima, com extensão de 150 km, recobrando praticamente a reserva indígena inteira. Ainda segundo o *Correio Braziliense*, o comandante Militar da Amazônia, general Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves, informou que a ampliação das tarefas das Forças Armadas será garantida com o aumento do efetivo na região. “Isso é uma conjugação de esforços, Marinha, Exército e Força Aérea junto com todas as agências no nível federal, estadual e municipal para garantirmos a presença do Estado na região de fronteira para combater os delitos transfronteiriços e ambientais, ao mesmo tempo em que continuamos com o apoio humanitário na terra indígena aqui em Roraima” destacou o general. (Correio Braziliense – Brasil – 23/06/23; Folha de S. Paulo – Ambiente – 23/06/23)

5- General Gonçalves Dias prestou depoimento à CPI da Câmara Legislativa do DF que investiga as manifestações de 08 de janeiro

Conforme os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o general do Exército e ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Marco Edson Gonçalves Dias, prestou depoimento em 22/06/2023 à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) que investiga os atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023, em Brasília. O *Correio Braziliense* destacou a defesa de Gonçalves Dias às acusações de que teria sido conivente com a invasão do Palácio do Planalto. De acordo com o periódico, o ex-ministro afirmou que em 08 de janeiro recebia informações da subsecretária de Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), coronel Cintia Queiroz de Castro, com informes de que estava tudo calmo; por volta das 14h e vendo informações pela televisão que “não batiam com o clima de controle”, decidiu telefonar para o secretário-executivo do GSI, general Carlos José Assumpção Penteado, e foi informado que estava tudo normal; inquieto, Gonçalves Dias se deslocou ao Palácio do

Planalto e questionou ao general Penteado sobre a ausência de um bloqueio da Polícia Militar (PM) em frente ao prédio, ordenando a imediata montagem de um bloqueio e pedindo reforço por telefone ao general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, então Comandante Militar do Planalto. Quando confrontado pelos deputados distritais com imagens que o mostram transitando normalmente entre os manifestantes, ainda segundo o *Correio Braziliense*, o general respondeu que teve vontade de reagir, mas estava à paisana e desarmado e concentrou-se em retirar os “vândalos” do palácio “sem baixas e sem confrontos sangrentos”. O general disse ainda, segundo o *Correio Braziliense*, que o GSI não foi convidado pela SSP-DF para a reunião realizada em 06/01/2023 que confeccionou o Protocolo de Ações Integradas (PAI) para organizar as ações das forças de segurança no dia 08 de janeiro, destacando que não havia recebido “nenhuma informação que nos indicasse que ocorreria o que ocorreu”. O *Correio Braziliense* ainda destacou que o general afirmou que mesmo antes de 08 de janeiro, o governo federal recém empossado, o comando das Forças Armadas e as forças federais de segurança já estavam decididos a pôr fim aos acampamentos de partidários do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro diante do quartel general do Exército. Já a *Folha de S. Paulo* destacou que Gonçalves Dias admitiu à CPI que o relatório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) enviado ao Congresso Nacional com os alertas disparados às vésperas dos ataques de 08 de janeiro foi editado e onde mencionava o “ministro do GSI” como um dos destinatários a informação “não condizia com a realidade”. O periódico também informou que o mesmo documento, mas sem menção a Gonçalves Dias, foi enviado ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Ministério Público Militar (MPM). À CPI, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, o general afirmou que os alertas da Abin não chegavam pelos canais oficiais estabelecidos, que não fez parte de nenhum grupo do aplicativo de mensagens WhatsApp e que trocou mensagens particulares apenas com o diretor-adjunto da Abin, Saulo Moura da Cunha. O periódico destacou, porém, que o ex-ministro não deixou claro se recebeu os alertas da Abin, que já relatavam “risco de ações violentas contra edifícios públicos e autoridades” desde o dia 06/01/2023, diretamente em seu celular particular. Por fim, a *Folha de S. Paulo* relatou que, em sua defesa, o general Gonçalves Dias afirmou que foi preservado todo o quarto andar do Palácio do Planalto, as salas do gabinete presidencial e a sala do presidente da República, sem derramamento de sangue; e que foram presos 182 invasores a partir de suas determinações. (*Correio Braziliense* – Cidades – 23/06/23; *Folha de S. Paulo* – Política – 23/06/23)

6- Financial Times relatou campanha dos EUA em defesa da democracia no Brasil

O periódico *Folha de S. Paulo* publicou a tradução de uma reportagem do jornal nipo-britânico Financial Times que relatou a pressão exercida pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA) sobre políticos e militares brasileiros para respeitarem a eleição de 2022. Segundo o jornal nipo-britânico, o fato de a eleição não ter sido seriamente contestada é prova da força das instituições brasileiras, mas também resultado de uma “discreta campanha” de pressão do governo dos EUA para incentivar líderes políticos e militares do Brasil a respeitar e salvaguardar a democracia. Segundo a publicação, a mensagem era de que Washington tinha posição neutra quanto ao resultado da eleição, mas não

toleraria qualquer tentativa de questionamento do processo ou do resultado. De acordo com o periódico, alguns generais brasileiros estavam incomodados com a tentativa do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, de politizar as Forças Armadas, preocupados com os riscos de os militares violarem a Constituição; afirmou inclusive que o então vice-presidente, general Antônio Hamilton Martins Mourão, era um deles. O ex-alto funcionário do Departamento de Estado dos EUA, Thomas Shannon, relatou ao periódico que em uma visita de Mourão a Nova York, onde o general evitou responder perguntas sobre os riscos de um golpe, reiterando confiança nas Forças Armadas e em seu compromisso com a democracia, teve a oportunidade de acompanhar o ex-vice-presidente ao elevador onde afirmou estar muito preocupado com os riscos de um golpe, ao que o general teria respondido “também estou”. O Financial Times também relatou que no dia seguinte a uma reunião realizada pelo ex-presidente Bolsonaro com 70 embaixadores em Brasília, em que fez uma apresentação questionando a confiabilidade das urnas eletrônicas, o Departamento de Estado dos EUA emitiu um endosso do sistema de votação brasileiro, reputado por sua eficiência comprovada e por suas instituições exemplares; essa declaração, segundo o periódico, teria sido muito importante para os militares brasileiros, que recebem equipamento e treinamento dos EUA e valorizam ter boas relações com o país, tendo funcionado como um antídoto contra uma intervenção militar. Ainda, segundo o periódico, o secretário da Defesa dos EUA, Lloyd James Austin III, afirmou em um encontro regional de ministros da Defesa, em Brasília, que as forças militares e de segurança precisam estar sob “forte controle civil”; o periódico indicou que Austin e outros funcionários estavam deixando claro para os militares brasileiros que o relacionamento bilateral entre as forças militares sofreria consequências negativas se os militares fizessem alguma coisa. O periódico ainda destacou o comentário do ex-alto funcionário do Departamento de Estado e ex-embaixador dos EUA no Brasil, Peter Michael McKinley, que afirmou que o secretário de Defesa, o chefe da CIA e o assessor de Segurança Nacional, todos visitaram o Brasil em um ano eleitoral, reforçando a pressão pelo respeito ao resultado das urnas. O Financial Times também relatou que figuras-chave nas instituições brasileiras também estavam realizando reuniões reservadas com chefes militares para persuadi-los a permanecer dentro dos limites constitucionais; relatou ainda que o almirante Almir Garnier Santos foi o mais “refratário” dos chefes militares; e que o Departamento de Estado e o comando militar dos EUA disseram que abandonariam os acordos militares com o Brasil se não conseguissem dissuadi-lo. O periódico destacou, por fim, que as eleições tiveram seu resultado respeitado, à exceção da “insurreição em Brasília” em 08 de janeiro de 2023; mas com a prisão dos revoltosos, os militares sob controle e o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva empossado, a democracia brasileira resistiu. Juntamente com a reportagem do Financial Times, a *Folha de S. Paulo* questionou o ex-vice-presidente Mourão sobre a conversa relatada pelo ex-alto funcionário do Departamento de Estado Thomas Shannon, mas Mourão negou ter havido o diálogo. Mourão ainda relatou à *Folha* nunca ter se preocupado com eventual ruptura, pois confiava no ex-presidente Bolsonaro e nas Forças Armadas. Já Thomas Shannon reafirmou ao periódico que a conversa aconteceu, mas afirmou “não ter a intenção de entrar numa disputa pública” com o general Mourão. (Folha de S. Paulo – Mundo – 23/06/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Manuela de Jesus Brasil

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar